

O CAMPESINATO, A (U)TOPIA DA PRODUÇÃO COLETIVA E COMUNITÁRIA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

Valeria de Marcos
Universidade de São Paulo
demarcos.vale@usp.br

A discussão sobre as formas de organização da produção na sociedade pós-capitalista não é recente. Desde as primeiras crises do capitalismo, em especial no contexto que deu origem à I Associação Internacional dos Trabalhadores, o tema tem sido discutido, debatido e, em ocasiões e locais distintos, colocado em prática por meio de cooperativas, coletivos ou comunidades alicerçadas em outros princípios no que diz respeito à tomada de decisão, organização da produção e às formas de acesso à riqueza socialmente produzida.

O objetivo da reflexão aqui proposta é o de olhar criticamente para tais experiências, em especial aquelas colocadas em ato pelo campesinato no campo brasileiro e internacional, de modo a refletirmos sobre as dificuldades de construção, conquistas, limites e desafios enfrentados e a pensarmos em possibilidades de superação. Os casos aqui apresentados foram estudados diretamente por mim durante minhas pesquisas de mestrado¹, doutorado² e das pesquisas que sigo realizando sobre o tema³; de pesquisas realizadas por meus orientandos em suas monografias de conclusão de curso, mestrado e doutorado, algumas das quais foram por mim acompanhadas diretamente em campo; de levantamentos bibliográficos sobre o tema com o intuito de melhor situar os casos estudados ao longo dos já muitos anos sobre os quais

¹ No mestrado minha pesquisa tratou de compreender, a partir de uma vivência de dois anos em pesquisa participante, a prática da produção comunitária no campo brasileiro a partir da experiência da Comunidade Sinsei. A dissertação de mestrado, intitulada “*Comunidade Sinsei: (u)topia e territorialidade*”, foi realizada sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Brasil em 1996.

² No doutorado aprofundei o debate e análise das formulações teóricas feitas pelos anarquistas, em especial por Bakunin e Kropotkin, com vistas à identificação de uma “teoria da produção coletiva e comunitária na perspectiva anarquista”. A tese de doutorado, intitulada “*Alternative per la produzione agricola contadina nell’ottica dello sviluppo locale autosostenibile*”, foi realizada sob a orientação do Prof. Massimo Quaini e defendida junto à Università degli Studi di Genova, Italia, em 2004.

³ As reflexões resultantes dessas pesquisas integram a disciplina “*Campesinato, Anarquismo e Agricultura*” oferecida desde 2008 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH USP (onde atuo como professora e orientadora), onde aprofundo a leitura sobre a coletivização da produção na perspectiva marxista, confrontando-a com as perspectivas anarquistas. Parte dessa reflexão foi publicada no livro MARCOS, V. de e FABRINI, J. E. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2010.

tenho me debruçado sobre o tema. Todos eles serão analisados à luz do debate realizado no seio do anarquismo e do marxismo sobre as possibilidades de organização da produção para a sociedade pós-capitalismo.

Para tal estruturamos o presente trabalho da seguinte forma: iniciamos apresentando o debate realizado no seio do anarquismo e marxismo sobre a organização da produção na sociedade pós capitalista a partir das propostas anarquistas de coletivos, comunas⁴ e da proposta marxista das cooperativas de produção. Na sequência, apresentamos alguns casos que mostram na prática como tais propostas se concretizavam para, a partir daí, tratarmos dos avanços, impasses, desafios e das possibilidades de superação das questões centrais identificadas.

O ponto de partida: o marxismo, o anarquismo e as propostas para a organização da produção na sociedade pós capitalista

O debate sobre as formas de organização da produção na sociedade pós capitalista, em especial sobre a socialização da produção, envolveu anarquistas de um lado e marxistas de outro. Embora a discussão tenha se iniciado com Proudhon⁵, são as propostas apresentadas por Bakunin e Kropotkin, representantes respectivamente das correntes **coletivista** e **comunista** pertencentes à escola socialista do anarquismo, aquelas que mais interessam para a compreensão das diferenças entre as concepções marxista e anarquista de organização da produção na sociedade pós capitalista. As discussões que nos interessam mais de perto ocorreram mais intensamente entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, tendo na Primeira Internacional Socialista seu *locus privilegiado*.

O marxismo e a socialização da produção

Antes de mais nada é preciso entender que a questão agrária é vista no marxismo sob um duplo olhar: de um lado, como *análise das relações de propriedade e produção* vigentes na agricultura e, de outro, como *análise da questão camponesa* propriamente dita, em especial da sua estrutura social⁶. Por sua vez, também os camponeses como uma classe em transição em dupla perspectiva: no *sentido histórico* da transitoriedade – pertencem a um modo de produção já superado, mas continuam a existir no capitalismo – e, no *sentido estrutural* da transitoriedade – são uma classe entre as duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado⁷. Tal duplicidade de compreensão avançou e se consolidou à custa de muitas controvérsias, e ainda hoje está presente nos estudos de base marxista sobre o campo. A grande divergência está na compreensão do destino que a classe camponesa teria tanto no capitalismo como após a sua superação, o que se reflete diretamente nas propostas de

⁴ Nos debruçamos no presente trabalho exclusivamente sobre os casos em que ocorre a socialização da produção e do acesso aos frutos dessa produção, permanecendo de fora, portanto, o debate realizado pelas escolas individualista e mutualista do anarquismo. Para maiores detalhes ver em especial Marcos, 1996 e Marcos, 2004.

⁵ Proudhon é importante referência para o anarquismo por ter sido o primeiro a utilizar a palavra anarquia em seu sentido positivo e a se auto identificar como anarquista. É a referência para a escola mutualista do anarquismo e sua proposta de federalismo político como sistema descentralizado de poder, no qual a autoridade se daria “de baixo para cima”, seguirá sendo usada tanto por Bakunin quanto por Kropotkin.

⁶ Hegedüs, 1984.

⁷ Op. cit.

organização da produção que a contemplam como classe ou que visem, ainda que a longo prazo, a sua destruição.

Embora no início de seus estudos Marx tenha se debruçado sobre o estudo da questão camponesa, a não adesão do campesinato à revolução de 1848 o fez desconsiderar a capacidade revolucionária desta classe, a distanciar-se do tema e a passar a ocupar-se do problema agrário em senso estrito, por meio do estudo das leis de movimento e desenvolvimento da agricultura, o que lhe possibilitou a elaboração da teoria da renda fundiária, ainda hoje categoria central de análise para a compreensão do processo de avanço do capitalismo no campo e de suas transformações ao longo do tempo. Com a organização dos movimentos operários em partidos já nos anos seguintes à fundação da I Internacional (1864), as questões camponesa e agrária rapidamente saíram do plano teórico e tornaram-se elementos constitutivos dos programas socialistas. Duas questões precisavam ser respondidas: 1. o que aconteceria com a propriedade da terra após a revolução socialista, considerando-se o importante papel da propriedade camponesa na maior parte dos países; e 2. como se daria a organização da produção na agricultura, considerando-se que na maior parte dos países a grande unidade de produção estava longe de ser realidade.

A polêmica em torno do programa agrário iniciou-se durante a Conferência de Londres da I Internacional. De um lado os proudhonianos, que consideravam ideal o modo de vida camponês e defendiam a manutenção da propriedade familiar camponesa enquanto garantia de liberdade individual⁸, argumentando que o maior esforço empreendido pelo camponês na produção comparado ao mesmo gênero agrícola produzido pelo capitalista era compensado pelos altos valores morais daquele modo de vida. De outro os marxistas, que criticavam a compreensão proudhoniana⁹ e a produção camponesa por sua baixa eficácia, questionando inclusive o produto ético e moral por ela gerado e defendiam a nacionalização das terras – com a eliminação da renda da terra absoluta, por considerarem que os terrenos cultiváveis deveriam pertencer a toda a humanidade¹⁰ – e a formação de grandes unidades produtivas. A questão foi votada no Congresso de Bruxelas de 1868 com vitória da posição marxista e alinhamento do Congresso a favor da gestão em larga escala, ou seja, das grandes unidades de produção, a princípio como cooperativas de trabalhadores estatais e agrícolas.

A visão de “linha dura” com a qual a questão agrária era tratada – sob a tese da superioridade da grande unidade produtiva e o inevitável desaparecimento do campesinato – durou até o início da década de 1890, quando os partidos socialistas da Europa Ocidental conseguiram eleger representantes para o Parlamento. A partir de então, nas formulações dos programas agrários que começaram a surgir, os camponeses deixaram de ser vistos como externos à sociedade para transformarem-se em cidadãos eletores com interesses próprios. Prova disso foi o reconhecimento, no Congresso Socialista de Frankfurt de 1894, de um lado, da maior eficiência, em alguns setores, da pequena produção camponesa em relação à capitalista e, de outro, de que havia uma considerável diferença entre a grande propriedade capitalista e a dos *Junkers*. Tal mudança de compreensão foi vivenciada também por partidos socialistas operários em outros países da Europa Ocidental entre os quais a França, levando Engels a

⁸ Hegedüs, 1984.

⁹ Entendida pelos marxistas como um pensamento pequeno-burguês que levava a um anti-capitalismo romântico.

¹⁰ Tal ponto – o da socialização das terras e meios de produção – foi mais tarde defendido pelos anarquistas Bakunin e Kropotkin, tendo sido a defesa da propriedade familiar camponesa, tal qual a via Proudhon, abandonada pela escola socialista do anarquismo.

escrever o ensaio *A questão camponesa na França e na Alemanha*, em 1894, defendendo caber ao socialismo transformar em propriedade comum os meios de produção, transferindo-os aos produtores, que deveriam organizar-se em cooperativas sob controle da comunidade¹¹.

No final da década de 1890, porém, a polêmica sobre a impossibilidade de sobrevivência da propriedade camponesa na sociedade pós-capitalista voltou a acender-se, em função da análise de dados estatísticos que comprovavam que a presença camponesa, a despeito de todas as previsões contrárias, seguia inabalada. Kautsky, um dos primeiros a entrar no debate, argumentando em seu livro *A questão agrária*, que na agricultura verificava-se não só a concentração em grandes unidades produtivas como também a parcelarização das terras, nos locais onde era possível recorrer a uma ocupação acessória. Em outras palavras, embora não pudesse negar a presença camponesa, Kautsky continuou defendendo sua impossibilidade de sobrevivência.

Um olhar menos sectário para a questão camponesa foi o de Rosa Luxemburgo, cuja obra, *A acumulação capitalista*, marginalizada por muitos marxistas, é fundamental para a compreensão da (re)criação camponesa no seio do capitalismo. Para a autora, considerada

[...] historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se [...]

[...] O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.

E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista¹².

Para Luxemburgo, para continuar garantindo sua existência, expansão e o processo contínuo de acumulação, o capital necessita, contraditoriamente, de relações não capitalistas de produção. Embora a tendência seja a de substituição da economia mercantil simples pela economia capitalista, para que o processo de acumulação primitiva continue se dando – e, com ele, para além da produção de capital, continue se dando a recriação da burguesia –, essa substituição nem sempre ocorrerá, ou seja, a (re)criação camponesa continuará existindo no seio do capitalismo e, pelo menos no início, também no seio da sociedade pós-capitalista.

Aos poucos o programa agrário marxista passou a ocupar-se também da Europa Oriental, onde a presença das comunidades de aldeia (*mir*) levava a crer na possibilidade de uma forma diferente de desenvolvimento, com a chegada ao socialismo sem a passagem pelo capitalismo, hipótese que a obra de Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, logo derrubou. Por sua vez,

¹¹ Op. cit.

¹² Luxemburgo, 1985, p. 285.

[...] a política agrária dos bolcheviques [...], seguindo a via do reconhecimento da importância das classes camponesas e da diferença entre Oriente e Ocidente, chegou à ideia da divisão da terra, ideia que, segundo a ortodoxia, era o pecado original de todo o programa agrário, realizando-a mais tarde também na prática. E é precisamente isto que oferece a explicação essencial dos sucessos obtidos no decorrer da Revolução de Outubro e, mais ainda, na guerra civil¹³

Tal visão, porém, foi sendo abandonada à medida em que a proposta da coletivização foi avançando, em particular com a coletivização acelerada de Stálin, como veremos a seguir.

O segundo momento em que as discussões sobre a chegada ao socialismo em âmbito marxista se intensificaram foi no pós-Primeira Guerra Mundial, em especial na Áustria e Alemanha, países onde os trabalhadores retornavam do *front* almejando mudanças estruturais e onde a classe média também estava decidida a aceitar qualquer condição para a sua salvação¹⁴. Foi um momento rico de debates e propostas sobre como poderia se dar na prática a construção do socialismo, dessa vez sem a realização de uma revolução. A primeira questão enfrentada foi sobre o tipo de socialização a ser realizada – se uma **socialização global**, levada a cabo por meio de uma única e violenta medida, capaz de abolir a propriedade privada de uma única vez, ou uma **socialização parcial**, iniciada em setores singulares, para ampliar-se progressivamente. Os defensores da **socialização global** argumentavam (1) que os problemas da reconstrução não se alteravam independente do fato dela ser levada a cabo em bases capitalistas ou socialistas; (2) que nas semanas seguintes ao colapso dos Impérios a burguesia não conseguiria opor fortes resistências, o que permitiria avançar mais rapidamente com o processo de socialização e se pudesse evitar que (3) uma eventual socialização progressiva pudesse ser anulada pela conexão econômica entre setores distintos. Os defensores da **socialização parcial**, por sua vez, contestavam (1) que a transição global dificilmente pudesse ser enfrentada predominantemente num plano organizativo e superada num plano sobretudo econômico; (2) que a socialização não necessariamente levaria a uma produtividade mais elevada, o que tenderia por levar a expropriação aos setores onde os lucros seriam maiores e (3) que o proletariado estivesse suficientemente maduro para uma socialização global¹⁵.

O debate acerca da socialização parcial foi aquele que mais avançou. Várias foram as questões levantadas e afrontadas. De um lado, a necessidade de identificar qual o primeiro passo a ser dado: 1. instituição de um setor socialista autônomo, por meio da expropriação de empresas que abarcavam o setor produtivo social, iniciando-se preferencialmente pelas empresas que não dependiam de mercado externo, de modo que o setor capitalista fosse progressivamente reduzido e assimilado pelo socialista; 2. formação de um patrimônio para o Estado, obtido por meio de um imposto sobre os bens in natura; estabelecimento da socialização 3. por meio da união entre cooperativas, que também necessitavam ser reestruturadas e 4. a partir dos ramos “maduros”, ou seja, daqueles cuja produção e comércio se dessem em um âmbito habitual. Outros pontos afrontados foram 1. a necessidade ou não de indenização para a expropriação e, em caso positivo, a. de que forma (em moeda corrente, o que permitiria ao proprietário reconstituir seu capital; em bônus para aquisição de mercadorias, o que geraria uma desigualdade de acesso ao consumo ou ainda em títulos, o que teria transformado o proprietário em um rentista); e b. o modo como os recursos seriam

¹³ Hegedüs, 1984, p. 170-1.

¹⁴ Weissel, 1985.

¹⁵ Op. cit.

obtidos – se por empréstimo, imposto sobre o consumo (que atingiria a todos) ou sobre o patrimônio (que atingiria apenas aqueles com mais posses); 2. a necessidade de uma revisão do sistema fiscal; 3. a tentativa de transformar o imposto sobre a herança num instrumento de expropriação regressiva e por fim, 4. a necessidade de pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades do mercado monetário e financeiro¹⁶.

Apesar do debate ter sido realizado de forma ampla e prolongada, de modo a construir uma proposta com perspectivas de sucesso, não foi possível constituir um plano unitário que fosse aceito por todos em tempo considerado adequado. Paralelamente os governos alemão e austríaco instituíram uma Comissão para a Socialização, tendo início um debate mais restrito, com a participação de poucos especialistas incumbidos de estabelecer um plano contendo uma série de medidas que os governos, na sequência, deveriam colocar em execução, após aprovação do legislativo, com poderes para modifica-lo, caso julgasse necessário. E foi aqui que a onda de socialização entrou em colapso: diante de uma correlação de forças pouco favorável à socialização no legislativo, muito foi discutido e pouco foi concretizado. Weissel (1985) aponta dois fatores responsáveis por essa situação: a imaturidade do movimento operário – e a não superação do abismo entre a base e os poucos especialistas de seu campo – e a habilidade da burguesia, que soube agir interrompendo o contato que teria feito o processo caminhar entre a discussão geral sobre a socialização, a ação da Comissão para a Socialização, o legislativo e a execução prática das propostas.

O anarquismo e a socialização da produção

Também o movimento anarquista participou ativamente do debate sobre a organização da produção na sociedade pós capitalista, apresentando propostas que se contrapunham à tese da superioridade da grande unidade de produção apresentada pelo marxismo ortodoxo. De acordo com os anarquistas, a primeira tarefa da revolução deveria ser a expropriação radical e integral, em todos os setores da economia, de modo a impedir a quem quer que fosse continuar a explorar o trabalho de alguém, bem como a garantir a todos o livre acesso aos meios necessários para desenvolver as suas faculdades de acordo com as suas possibilidades. Superada essa fase, a sociedade seria organizada em coletivos ou comunas autogeridas que, por sua vez, teriam buscado alcançar a autossuficiência por meio da diversificação da produção, da integração entre as diferentes unidades (coletivos ou comunas) e os diferentes setores da economia, em especial a partir da integração entre a atividade agrícola e a industrial e do estabelecimento do primado do mercado interno sobre o externo. Muito embora o ponto de partida fosse o mesmo – a necessidade de alcançar o verdadeiro objetivo da revolução social na ótica anarquista: o estabelecimento da completa liberdade e igualdade de acesso aos meios necessários para o completo desenvolvimento de suas faculdades individuais –, os caminhos propostos para o alcance de tal objetivo deram origem a duas propostas distintas, a **produção coletiva** defendida por Bakunin e a **produção comunitária** defendida por Kropotkin.

Para Bakunin, o objetivo da revolução na ótica anarquista seria alcançado “por meio da organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras livremente organizadas e federadas nas comunas e por meio da federação, também

¹⁶ Op. cit.

espontânea, dessas comunas”¹⁷. Assentada em um forte sentimento de justiça, não a dos códigos, mas aquela baseada na consciência dos homens, a sociedade pós revolucionária deveria, de acordo com Bakunin, permitir que todos os homens pudessem ter

[...] os meios materiais e morais para desenvolver plenamente a sua própria *humanidade*; tal princípio se traduziria [...] da seguinte forma: *organizar a sociedade em tal modo que qualquer indivíduo, homem ou mulher, vindo à luz, encontre oportunidades iguais para o desenvolvimento das próprias faculdades e para a utilização das mesmas com o próprio trabalho*; organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que tenha contribuído a produzi-las com o próprio trabalho¹⁸

Eram essas, pois, as bases da **organização coletiva da produção**, que se traduziram no moto “*de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho*”. Os anarquistas eram, pois, contrários a qualquer forma de organização que, para existir, devesse basear-se em uma autoridade reguladora externa. A única ação que aceitavam do Estado era a mudança do direito de herança até a sua completa abolição. O objetivo era aquele de abolir a desigualdade econômica hereditária/artificial das classes, garantidora das desigualdades de acesso aos meios materiais de desenvolvimento. A única desigualdade aceita por Bakunin e por todos aqueles que o sucederam era aquela pertencente ao indivíduo, dando-lhe sua singularidade. Tal desigualdade era considerada um bem, uma qualidade, a verdadeira riqueza da humanidade, aquilo que a tornava

[...] um todo coletivo no qual cada um completa(va) todos os outros e de todos os outros [tinha] necessidade: de modo que a infinita diversidade dos indivíduos humanos [era] a causa, a base principal da solidariedade estabelecida entre eles, [e] um argumento onipotente a favor da igualdade¹⁹

Bakunin argumentava ainda que somente quando fosse estabelecida

[...] a *igualdade do ponto de partida* para todos os homens sobre a terra, somente então – salvaguardando todavia os direitos superiores de solidariedade, que [era] e [permaneceria] sempre o mais potente produtor de todas as coisas sociais, inteligência e bens materiais, [...] – [poderíamos] dizer [...] que cada homem [era] filho do próprio trabalho. E eis a conclusão: a fim de que as capacidades individuais [pudessem prosperar] e [...] dar todos os seus frutos, [era] necessário que as classes [fossem] abolidas: [deveriam] desaparecer a propriedade individual e o direito de hereditariedade, [deveria] ocorrer o triunfo econômico, político e social da igualdade²⁰

O trabalho livre e direto e a cooperação na produção – entre os indivíduos por meio do trabalho coletivo e entre diferentes coletivos, por meio das associações e sociedades cooperativas de crédito, consumo e sobretudo produção (os coletivos) – são os pilares de sua proposta, mas

¹⁷ Bakunin, 1977a, p. 75.

¹⁸ Bakunin, 1922, p.55-6, tradução da autora, grifos do autor.

¹⁹ Bakunin, 1922, p. 242, tradução da autora.

²⁰ Op. cit, p. 241, tradução e grifo da autora.

[...] para que esta possa alcançar os seus objetivos, que são a emancipação das massas trabalhadoras, a retribuição das mesmas em função do produto integral do trabalho por elas realizados e a satisfação das suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer forma, devem ser convertidos em propriedade coletiva²¹

Outro anarquista que se dedicou à formulação de como seria a sociedade pós capitalista foi Kropotkin, para quem o objetivo a ser alcançado pela sociedade futura era a satisfação das necessidades dos indivíduos, o bem-estar para todos, alcançado a partir da organização da sociedade em comunismo anarquista. Para Kropotkin, assim como para Bakunin, na sociedade futura todos deveriam ter a mesma possibilidade de acesso às riquezas e, uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho para a produção da riqueza social, cada um teria o direito de delas retirar o quanto considerasse necessário para garantir a satisfação de suas necessidades/bem-estar, de onde o moto “**de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades**”. Com essa concepção de acesso à riqueza Kropotkin se contrapunha a todas as formulações de retribuição pelo trabalho *de acordo com o trabalho realizado*, fossem elas marxistas ou anarquistas.

O alcance desses objetivos se daria de um lado com a difusão dos progressos da ciência – que passaria a ocupar-se das necessidades da humanidade e dos melhores meios econômicos para satisfazê-las – em todos os setores da produção e, de outro, com a mudança da lógica e organização da produção, passando-se a favorecer e estimular o aumento da produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo e a estabelecer o primado da produção no lugar do primado do consumo. Em outras palavras: deveria ser a necessidade de consumir que estimularia a produção e não o contrário. A condição para a concretização de tais objetivos era a realização da desapropriação, a qual deveria ter um amplo raio de ação para não permitir retrocessos, e ocorrer contemporaneamente em todos os setores da economia. Seu objetivo seria o fim da possibilidade de exploração do trabalho e a restituição a todos da possibilidade de acesso aos meios necessários para desenvolver suas próprias faculdades.

Efetuadas essas mudanças, para Kropotkin o trabalho aos poucos deixaria de tornar-se alienante para tornar-se prazeroso, sendo o trabalhador livre para escolher a atividade à qual se sentisse mais preparado. Considerando que todos os tipos de trabalho tivessem a mesma importância, para o progresso da sociedade; que fosse possível estabelecer e avaliar a contribuição de cada um no alcance de tal progresso de acordo com a qualidade, importância e grau de empenho no desenvolvimento do seu trabalho; e a partir do momento em que todos tivessem trabalhado, Kropotkin considerava que “deveriam ser as necessidades de cada um, e não o total de horas trabalhadas, a regular a possibilidade de acesso ao consumo”. Segundo ele, “a posse comum dos instrumentos de trabalho levaria necessariamente ao gozo em comum dos frutos do trabalho comum”. Sendo assim, a única forma possível de retribuição pelo trabalho seria “colocar as ‘necessidades’ acima das ‘obras’, e reconhecer antes de mais nada o direito à vida – e depois ao bem-estar – a todos aqueles que [tivessem tido] uma certa parte na produção”²².

Realizada a desapropriação e estabelecido o comunismo anarquista, era preciso garantir a sua realização. O primeiro passo seria pensar na organização territorial da nova sociedade e para tal Kropotkin propõe a formação de comunas, entendidas como “grupos de iguais”. Cada

²¹ Op. cit, p.223, tradução da autora, grifo do autor.

²² Kropotkin, 1948, p. 134, tradução e grifo da autora.

comuna seria deixada livre para fazer todas as reformas e criar todas as instituições necessárias, ao seu pleno funcionamento, tornando-se uma comuna em todos os aspectos da vida quotidiana, fossem eles políticos (abolição de qualquer forma de governo) ou econômicos (autogestão da produção e da comercialização); buscaria universalizar-se e criar vínculos de solidariedade com outras comunas que seriam colocadas em relação entre si por meio da Federação das Comunas livremente organizadas – mesma organização proposta por Bakunin –, responsável por favorecer a troca de mercadorias, cultura, conhecimentos e experiências.

A concretização do mote “*a cada um de acordo com as suas necessidades*” dependia, porém, da forma de acesso à alimentação, habitação e vestuário. Segundo Kropotkin, seriam organizados grupos de voluntários responsáveis pela realização de um inventário de tudo quanto disponível – alimentos, vestuário e habitação – e pela difusão pública dos resultados. Para os produtos em abundância era previsto o livre acesso e para aqueles escassos, o racionamento até sua normalização. No que se refere à jornada de trabalho, considerando que todos trabalhassem dos 20 aos 50 anos Kropotkin considerava que bastariam de quatro a cinco horas de trabalho de cada um para garantir o bem-estar a todos, sendo as demais horas de dedicadas às atividades de interesse de cada um, garantindo a todos o total desenvolvimento de suas faculdades, o que finalmente levaria à extinção da diferenciação entre **trabalho distinto (intelectual)** e **trabalho simples (manual)**.

A ideia de fundo da proposta kropotkiniana – resultado de suas observações durante as expedições em que serviu ao Exército russo na Sibéria, confirmadas por especialistas como Kessler na conferência proferida em 1880 *Sobre a lei da ajuda reciproca* – era a de que o verdadeiro fator de desenvolvimento e evolução da humanidade era a cooperação, a ajuda mutua, e não a luta pela sobrevivência. Kropotkin acreditava que a cooperação e o apoio mutuo constituíssem não apenas as alternativas mais eficazes na busca pela sobrevivência contra as forças hostis, fossem elas da natureza ou das espécies inimigas, mas também o instrumento principal da evolução progressiva no interior de uma mesma espécie, permitindo a todos longevidade, segurança e progresso intelectual. Considerava ainda que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do fenômeno de formação das classes e a sua substituição pela unidade do grupo regido pelo apoio mutuo e não a subordinação de uma classe no poder por outra, por meio da tomada do Estado e da instituição da ditadura do proletariado. É dessa tese que nasce a proposta de organização territorial da sociedade em comunas autogeridas e federadas entre si. Os eventuais grupos existentes dentro das comunas seriam ligados entre si por laços de ajuda recíproca, com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade. Segundo Kropotkin, a democratização dos processos decisórios que teria ocorrido no interior das comunas – caracterizada por um alto nível de participação dos indivíduos – teria sido a garantia do alcance de uma efetiva correspondência entre necessidades e ações coletivas aptas a satisfazelas. É nesse quadro de referência que devem ser entendidas as experiencias de produção coletiva e comunitária, de matriz anarquista (ou libertária), que serão analisadas na seção seguinte.

O campesinato e a práxis da produção coletiva e comunitária

As experiências dos *kolkozes* no campo soviético, a implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no leste europeu com a expansão do socialismo no pós-

Segunda Guerra Mundial, a coletivização da produção nas CPAs cubanas após a Revolução Cubana e as experiências de coletivização também nas CPAs do Movimento Sem Terra no campo brasileiro no âmbito marxista, de um lado, e as experiências dos coletivos agrícolas durante a Guerra Civil Espanhola e da produção comunitária praticada pela Comunidade Sinsei no âmbito anarquista, de outro, nos permitem refletir sobre os avanços, limites e desafios das propostas de coletivização da produção no campo sob as diferentes óticas.

A coletivização da produção de âmbito marxista

Na URSS, os *kolkozes* – cooperativas de produção juridicamente independentes do Estado – representaram a proposta marxista para a coletivização do campo pós Revolução de Outubro. O comunismo de guerra havia dado origem a três níveis de organização dos camponeses nos *mir*²³: 1. o *toz*, caracterizado pela associação para cultivo em comum de um determinado gênero agrícola – da terra e instrumentos de trabalho necessários para tal – permanecendo o restante para uso familiar); 2. o *artel*, caracterizado pela exploração coletiva da maior parte das terras, restando para a exploração familiar a menor parte das terras para cultivo de gêneros de consumo direto e uma pequena criação; 3. a *kommuna*, caracterizada pela socialização completa da terra e instrumentos de produção. No *toz* e *artel* a retribuição pelo trabalho era feita de acordo com a quantidade de trabalho realizado enquanto que na *kommuna* se levava em consideração, além do trabalho, também o número e a idade dos membros das diferentes famílias camponesas ali inseridas, de modo a garantir que famílias com poucos membros em idade ativa não fossem penalizadas²⁴.

A ideia inicial pós revolução era a da livre adesão dos camponeses, então organizados nos *mir*, aos *kolkozes*, onde passaria a vigorar a produção coletiva integral, como na *kommuna*. Dez anos após a revolução, porém, o campo soviético continuava 97% nas mãos de camponeses que não demonstravam nenhuma previsão de adesão aos *kolkozes*. Em 1929, diante da necessidade de acelerar o desenvolvimento industrial, Stalin decidiu abandonar as orientações de adesão voluntária e colocar em prática o plano de coletivização acelerada, integral e forçada do campo soviético, conhecido como “a grande virada”. Os camponeses foram obrigados a aderir aos *kolkozes*, doando suas terras e instrumentos de produção. Entre as sanções imputadas àqueles que se recusavam a aderir estavam a proibição de venda de insumos e outros produtos e de compra da produção por parte dos estabelecimentos comerciais aos camponeses não kolkozianos; a transferência para áreas mais distantes e de pior solo; o confisco de animais, em especial os de tiro; a elevação do valor dos impostos a serem pagos; a proibição dos filhos dos camponeses de frequentarem as escolas, além dos inúmeros casos de confronto e violência registrados, com muitas mortes de camponeses que enfrentavam o Estado. O resultado dessas medidas foi a adesão involuntária, cujos efeitos disso se fizeram sentir na baixa produtividade dos *kolkozes*.

Os *kolkozes* estavam organizados inicialmente nos moldes das *kommunas*. Os camponeses entregavam suas terras e demais instrumentos de produção para uso comum. Uma assembleia geral definia como o *kolkoz* iria responder às demandas oferecidas pelo Plano Quinquenal. Definidas as atividades às quais se dedicar, os camponeses eram distribuídos em equipes de

²³ Comunidades de camponeses que tinham uma fachada comunitária, uma vez que as decisões eram realizadas pela assembleia de anciões, mas uma prática individual, haja visto que os campos eram cultivados pela família de forma independente.

²⁴ Bettelheim, 1983.

trabalho de modo a que tais atividades pudessem ser desempenhadas com êxito. A retribuição pelo trabalho era feita de acordo com a quantidade de trabalho realizada.

Em decorrência da forma de implantação, a coletivização deu origem a uma série de problemas de difícil superação: a baixa produtividade dos que iam para os *kolkozes* contra sua vontade; a diminuição de apoio ao governo; a manutenção de concepções “individualistas” no interior dos *kolkozes*; o desvio de bens coletivos e a comercialização de parte da produção fora do circuito oficial. O Estado respondeu a essas ações apertando ainda mais o cerco: de descolocou membros do PCUS, não camponeses, para administrar os *kolkozes*; reduziu o número de animais de tração, forçando os camponeses a trabalharem ainda mais e estabeleceu a autonomia dos setores, atribuindo melhor remuneração aos camponeses que trabalhavam nos setores que tivessem melhor desempenho²⁵. Diante dos resultados ainda assim insatisfatórios, o governo foi obrigado a ceder e a autorizar a exploração familiar de uma pequena gleba de terras e a restabelecer um mercado livre “legal”, permitindo aos *kolkozes* e aos *kolkozianos* venderem diretamente ali uma parte de sua produção, como unidade coletiva ou familiar, fato que fez os *kolkozes* distanciarem-se do modelo das *kommunas* e aproximarem-se do modelo do *artel*, o que terminou por garantir a sua consolidação.

Das experiências que se seguiram, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no leste europeu, criadas após a implantação do socialismo no Pós Segunda Guerra Mundial, foram aquelas que seguiram mais de perto o formato final dos *kolkozes*, ou seja, os camponeses, ao aderirem às CPAs, entregavam para uso coletivo as terras e instrumentos de trabalho. Em assembleia, onde todos participavam e votavam, eram definidas as atividades às quais a CPA iria se dedicar de modo a atender às demandas dos Planos Quinquenais; eram identificados os Setores de Produção e decididas as composições das equipes de trabalho e a distribuição dos camponeses de acordo com as atividades escolhidas e a necessidade de braços em cada equipe/Setor de Produção. No geral as CPAs mantinham uma pequena parcela de terra destinada à produção direta da família para o consumo familiar ou a comercialização. Cada equipe possuía um responsável pela distribuição das tarefas e resolução dos problemas mais simples. Aqueles cuja solução envolveria toda a CPA eram resolvidos nas Assembléias Gerais. A remuneração era feita de acordo com a quantidade de trabalho realizado. Em algumas CPAs também se levavam em consideração a qualidade do trabalho e das terras entregues para uso coletivo²⁶.

Alguns países implantaram pequenas mudanças nesse modelo geral. A Bulgária, por exemplo, visando otimizar os gastos, criou uma **Estação de Máquinas e Tratores**, uma Cooperativa que concentrava todo o maquinário destinado à mecanização dos cultivos e que prestava serviços às CPAs. A Polônia, por sua vez, criou os **círculos agrícolas**, dedicados à difusão de técnicas e inovações agronômicas. A ex República Democrática Alemã, criou três tipos distintos de cooperativas, com diferentes níveis de socialização e acesso aos frutos do trabalho. As **Cooperativas de Tipo I**, onde o grau de socialização da terra e dos meios de

²⁵ Antes desta medida, toda a renda obtida com a comercialização da produção era somada e dividida pelo total de horas trabalhadas pelos *kolkozes* no geral, o que garantia um valor/hora trabalhada igual para todos e fazia com que uma eventual remuneração diferenciada decorresse exclusivamente da quantidade de horas dedicadas ao trabalho por parte de cada camponês. A nova medida introduzia uma diferenciação a mais: além da quantidade de horas trabalhadas, também a qualidade do trabalho realizado passava a influenciar no valor recebido em retribuição pelo trabalho.

²⁶ Flavien; Lajoinie, 1977.

produção era o mais baixo: apenas as terras destinadas a uma determinada cultura eram colocadas para uso coletivo, permanecendo o restante com os camponeses para exploração familiar. A retribuição pelo trabalho – retirada das entradas obtidas com a comercialização da cultura cultivada de forma coletiva após terem sido deduzidos os custos de produção e investimentos para a safra seguinte – era feito 60% em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e 40% em função da quantidade e qualidade das terras entregues à cooperativa para serem cultivadas. Nas **Cooperativas Tipo II**, os camponeses entregavam à cooperativa as terras, matas, animais de tiro, maquinários e galpões para alojá-los, mantendo para uso familiar apenas o gado e o curral. A retribuição pelo trabalho era feita na proporção de 70% em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e 30% em função da quantidade e qualidade das terras entregues à cooperativa para serem cultivadas, e também aqui era retirada das entradas obtidas com a comercialização da cultura cultivada de forma coletiva e após terem sido deduzidos os custos de produção e investimentos para a safra seguinte. Por fim, as **Cooperativas Tipo III** eram aquelas onde o cooperativismo era completo e nada era mantido com os camponeses. A retribuição pelo trabalho era extraída do saldo líquido das entradas e feita na proporção de 80% em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e 20% em função da quantidade e qualidade das terras entregues à cooperativa para serem cultivadas. Mensalmente era pago aos aderentes um adiantamento sobre a remuneração do seu trabalho²⁷.

As CPAs de Cuba, criadas após a Revolução Cubana, seguiram o modelo das Cooperativas Tipo III alemãs, com a implantação da socialização completa da terra e meios de produção e retribuição pelo trabalho de acordo com a quantidade de trabalho realizado, sem destinação de parte das terras para cultivo direto pela família aderente. Ao aderir à CPA os camponeses entregavam suas terras e equipamentos de trabalho e, caso decidissem abandonar a atividade, tudo o que tinha sido entregue no ato da adesão permanecia como propriedade da Cooperativa. No geral as CPAs se ocupavam de monoculturas de um produto comercial – em geral o fumo, já que a cana-de-açúcar ficava sob a responsabilidade das fazendas estatais, as chamadas *granjas del pueblo* –, e somente no período pós crise URSS – denominado de Período Especial –, teve início uma reduzida diversificação da produção voltada para o consumo dos trabalhadores.

Os baixos preços alcançados pelos produtos cultivados pelas CPAs resultavam em baixa remuneração para os trabalhadores. Tal fato acabou desestimulando a dedicação ao trabalho, o que só contribuiu para agravar a situação uma vez que a baixa na produtividade resultava na redução ainda maior da remuneração. Numa tentativa de elevar a produtividade o governo cubano implantou a “vinculação do homem ao campo”, que visava aumentar a remuneração, como prêmio, àqueles trabalhadores que aumentassem sua produtividade, numa medida muito semelhante àquela da autonomia dada aos setores efetuada pela URSS no início da implantação dos *kolkozes*. A medida, tal como no caso soviético, surtiu pouco efeito. A saída encontrada pelos trabalhadores, na maior parte dos casos, tem sido o abandono das CPAs, o que eleva o peso do trabalho para aqueles que permanecem, muitas vezes inviabilizando os cultivos, transformando as CPAs em concentradoras de terras mantidas improdutivas. Atualmente os setores cooperativos que mais tem crescido no campo cubano são as UBPCs e as CCSs, onde os camponeses permanecem em suas terras explorando-as com a força de trabalho da família e cooperam em algumas etapas do processo produtivo. Dedicam-se a um

²⁷ Op. cit.

produto comercial e também a gêneros alimentícios destinados ao consumo dos camponeses ou ao mercado. O Estado mantém o controle das UBPCs indicando metas a serem atingidas, mas, uma vez superadas, os camponeses têm autonomia para decidir o que fazer – se diversificar a produção, comercializar autonomamente as sobras e dividir as entradas, distribuir os produtos que sobram diretamente aos seus integrantes, etc.²⁸

Já as experiências de coletivização da produção colocadas em prática em alguns assentamentos de reforma agrária do MST, merecem destaque por se tratarem de experiências de matrizes socialistas realizadas no seio do capitalismo. Na maior parte dos casos a iniciativa da coletivização partiu das lideranças do movimento e não de sua base, que lutou pela terra de trabalho, destinada à reprodução da família nos moldes do campesinato. Nos primeiros assentamentos onde a coletivização foi implantada o Movimento realizou a formação dos camponeses por meio dos chamados Laboratórios de Organização Campesina – os chamados LOCs – onde se buscava difundir entre os camponeses sem terra que estavam apenas conquistando a tão sonhada terra de trabalho, as vantagens do trabalho coletivo em comparação ao trabalho individual/familiar. Entre os conteúdos discutidos na formação estava uma tipologia de camponeses que, grosso modo, classificava como “mais atrasados” aqueles que insistiam em manter sua organização “individual” e como “mais evoluídos” aqueles que haviam compreendido as vantagens da coletivização da produção e decidido aderir à experiência.

Parte dos primeiros assentamentos conquistados foram organizados com base na coletivização da produção, transformando-se em CPAs e seguindo também aqui o modelo das Cooperativas Tipo III alemãs e das CPAs cubanas, estas últimas visitadas por várias lideranças do MST quando da elaboração da proposta das CPAs do movimento. Uma vez que os assentados decidiam pela implantação das CPAs, os lotes eram mantidos indivisos, sem que houvesse nenhum tipo de sorteio nem de identificação dos mesmos. Nas primeiras CPAs era necessário que todos os assentados aderissem à coletivização. Aqueles que se recusavam eram transferidos para outras ocupações e continuavam em luta pela terra familiar. Com o tempo o movimento decidiu recuar, deixando aos camponeses a livre adesão. Os lotes dos que optavam pela coletivização eram mantidos todos unidos e, em geral, ocupavam a área central do assentamento, sem que houvesse uma designação individual para cada assentado. Aqueles camponeses que optavam por permanecer “individual”²⁹ tinham seus lotes demarcados nas áreas periféricas do assentamento, para onde também eram deslocados os camponeses que, eventualmente, decidissem se desvincular da CPA.

A primeira ação da CPA é a organização de uma Assembleia Geral dos Cooperados, onde são decididas as atividades às quais a cooperativa irá se dedicar. Uma vez feito isso, se definem os Setores de Produção e, na sequência, a quantidade de trabalhadores necessários para cada um deles, sendo os assentados destinados a cada setor priorizando a livre escolha e, não sendo possível, a atividade que requer maior número de trabalhadores, até que todas os Setores tenham sido contemplados. O modelo das CPAs é o da grande unidade de produção, altamente tecnificada e em sintonia com os pressupostos da Revolução Verde, ou seja, com amplo uso de pacote químico na produção. Muito embora se aconselhasse a escolha de

²⁸ Thomaz, 2015.

²⁹ Mantemos aqui a denominação que o movimento atribuiu aos camponeses que não aderem à coletivização. Sabe-se, contudo, que a produção camponesa é familiar, não individual.

produtos destinados ao mercado interno e não a produção de *commodities*, essa orientação nem sempre foi respeitada, tendo inclusive assentamentos que escolheram ter como carro chefe a soja, como é o caso da COPAVA, situada em Itapeva/Itaberá, no estado de São Paulo, Brasil. O objetivo, pelo menos no início, era o de competir com a grande unidade capitalista e provar a viabilidade da reforma agrária. A desigualdade de condições levou à crise de várias CPAs – no caso da COPAVA a subordinação da produção às grandes empresas processadoras de soja da região com a consequente sujeição da renda da terra ao capital – e apenas mais recentemente, após o ocorrido, é que o movimento decidiu rever esta decisão, passando a incentivar a produção agroecológica e a pensar em circuitos alternativos de comercialização. É neste contexto que deve ser entendida a experiência da COPAVI, uma CPA de produção agroecológica, situada em Paranacity, no estado do Paraná, Brasil, cuja produção principal é a cana-de-açúcar, processada e transformada em subprodutos como açúcar mascavo e cachaça – a Cachaça Camponesa – destinados ao mercado interno e externo via circuitos Fair Trade.

A retribuição pelo trabalho se dá de acordo com a quantidade de trabalho realizado e os recursos são obtidos da comercialização da produção após a dedução dos gastos de manutenção do assentamento, como o pagamento de financiamentos contraídos e o reinvestimento nas diferentes atividades produtivas ou não realizadas pela CPA. Aqui encontra-se a primeira dificuldade: em virtude dos preços nem sempre favoráveis alcançados pelos produtos no mercado, em especial no caso das *commodities*, muitas vezes os recursos obtidos com a comercialização mal bastaram para pagar os empréstimos contraídos, chegando inclusive a deixar os camponeses sem remuneração. Tal fato acabou gerando a saída de várias famílias cooperadas das experiências, levando-as à sua completa desarticulação, ou uma reformulação de suas diretrizes, como ocorreu com a COPAVA. Esta última decidiu manter a coletivização com o grupo remanescente, mas limitar o número de cooperados por família. Decidiu também pela realização de um pagamento mensal como adiantamento da remuneração anual dos cooperados, semelhante ao que aconteceu nas Cooperativas de Tipo III alemãs. Isso, se por um lado permite uma remuneração melhor ao cooperado, por outro deixa de fora parte da família que, sem possibilidade de inserção na CPA e sem a possibilidade de trabalhar em uma pequena parcela de terra, contradiatoriamente, se vê forçada a assalarizar-se muitas vezes na própria CPA, nas terras dos camponeses que decidiram permanecer “individuais” ou nas fazendas próximas ao assentamento, o que coloca em discussão a viabilidade do modelo e pode gerar a crítica sobre a viabilidade da reforma agrária³⁰

A produção coletiva e comunitária de base anarquista

A experiência dos *coletivos* durante a Guerra Civil Espanhola foi uma tentativa de colocar em prática os princípios básicos do anarquismo com vistas à construção da sociedade libertária. Aqui, uma vez realizada a expropriação, foi estabelecida a propriedade comum das terras e instrumentos de produção e os *coletivos* foram criados com base na estrutura das comunas autogeridas propostas por Bakunin.

³⁰ Thomaz (2010) identificou a restrição ao número de cooperados como um dos problemas centrais pelos quais a CPA estava passando. Em 2012, quando visitamos a CPA, fomos informados da decisão de aumentar o número de cooperados por família de dois para três e a permitir que uma família que eventualmente não tivesse três membros interessados em para cooperarem-se pudesse ceder sua “vaga” para uma família com mais membros interessados a tal adesão.

Como primeiro passo, após a vitória anarquista e a conquista da área, realizava-se uma Assembleia Geral para decidir as atividades às quais o *coletivo* passaria a dedicar-se e, na sequência, eram formadas as equipes de trabalho. O trabalho era realizado coletivamente e os integrantes eram livres para escolher a qual atividade integrar-se. As atividades eram coordenadas por um *comitê técnico*, cujos membros eram eleitos através de uma Assembleia Geral. As decisões mais importantes com relação à forma de funcionamento do *coletivo* eram tomadas em assembleia. Como forma de retribuição **pelo trabalho realizado** a maior parte dos *coletivos* adotou o *salário familiar*, onde a cada membro da família era designada a sua parte, de acordo com a idade, sexo e, em alguns casos, com o trabalho realizado. Em alguns *coletivos* a moeda oficial foi substituída por uma moeda local, enquanto em outros ela foi abolida, sendo substituída por um *bônus*. Para os produtos em abundância era garantido o livre acesso, enquanto para aqueles em escassez era praticado um racionamento.

Os vários *coletivos* eram federados entre si, fato que completava a proposta dos anarquistas que, desde Proudhon, defendiam a ideia da organização da sociedade libertária baseada em comunas autogeridas e federadas entre si. Entre os *coletivos* federados vigorava o princípio do *apoio mútuo*: os *coletivos* em dificuldades econômicas eram ajudados por aqueles mais prósperos tendo sido, em alguns casos, instituídas as Caixas de Compensação para resolver estes problemas. As trocas entre os *coletivos* de uma mesma região ou aquelas entre *coletivos* de regiões diferentes eram controladas pela Federação e os saldos obtidos com a diferença de cambio eram utilizados a favor dos *coletivos* mais pobres.

Apesar dos sucessos obtidos, os *coletivos* tiveram que enfrentar uma série de dificuldades. A mais importante foi a falta de fundos para que pudessem ser realizados investimentos em melhorias para a produção, como a aquisição de maquinários agrícolas, sementes, etc., já que o governo de Madri negava toda solicitação de crédito apresentada. Os *coletivos* foram ainda deixados em total autonomia e independência, fato que teve efeitos desastrosos sobre a agricultura: sem coordenação e sem investimento, a escolha das culturas agrícolas se deu com base na disponibilidade de recursos e conhecimentos das práticas produtivas, o que normalmente não correspondia às necessidades do mercado. Além destas dificuldades, os integrantes dos *coletivos* deviam enfrentar dificuldades internas: nem todos os camponeses eram anarquistas e menos ainda convictos da eficácia da coletivização. Ao contrário, muitos passaram a fazer parte dos *coletivos* por medo das represálias e não esperavam outra coisa que o fim da guerra com a vitória dos nacionalistas, para que tudo pudesse retornar como antes. Isto era um outro fator importante: a insegurança sobre os destinos da guerra e o medo que os *coletivos* fossem destruídos de um momento para outro impedia a realização de melhorias mais significativas, sempre que estas fossem possíveis. Os golpes finais foram dados pelo governo que os destituiu. Com o fim da guerra e a vitória dos nacionalistas, terminou também a experiência dos *coletivos* espanhóis.

Fora do circuito de discussão do movimento anarquista, mas com forte inspiração em suas ideias, podem ser encontradas práticas de produção coletivas e comunitárias em diferentes partes do mundo. Um dos exemplos mais significativos ocorrido no Brasil é o da Comunidade Sinsei, localizada no município de Guaraçáí, no estado de São Paulo. Tal comunidade tem início em 1956, fruto da cisão de uma outra comunidade – a comunidade Yuba, criada em 1935 – e da decisão de metade dos integrantes da antiga comunidade de continuar a viver em comunidade, mas de uma forma efetivamente comunitária.

Durante a existência da Comunidade Yuba – até 1956 localizada em Guaraçaí e, com a sua cisão e desintegração, reorganizada no município vizinho de Mirandópolis – cerca de 300 integrantes viviam em comunidade sob a liderança de Issamu Yuba, seu idealizador. Os trabalhos eram realizados comunitariamente, as refeições preparadas por uma equipe de cozinheiras que se revezavam para o preparo e consumidas também comunitariamente. Na época em que Issamu Yuba era vivo a comunidade dedicava-se à avicultura poedeira, tornando-se, durante a década de 1950, na maior granja de avicultura poedeira da América Latina. A comercialização da produção era feita comunitariamente e o dinheiro era todo destinado a um caixa comum, controlado por Issamu Yuba. As necessidades coletivas eram satisfeitas coletivamente, mas para aquelas individuais era necessário solicitar a Yuba que era quem decidia sob a pertinência ou não da mesma.

Yuba possuía um grande senso de pioneirismo, mas nenhum senso de finanças e, por várias vezes levou a comunidade à falência, recorrendo sempre a um novo empréstimo para cobrir aquele anterior. Em 1956 veio a crise final, após um período de intervenção malsucedida do Banco América do Sul. Os integrantes da comunidade foram expulsos das terras e acolhidos na Fazenda 320, localizada em Guaraçaí-SP, de propriedade de José Marques, na época Prefeito do município e um dos credores de Issamu Yuba. Uma condição, porém, havia sido imposta: a de que Yuba não fosse mais o líder da comunidade. Na ocasião Yuba estava em São Paulo tentando conseguir, sem sucesso, um novo empréstimo para sair da crise em que se encontrava. Ao retornar deparou-se com o fato consumado. Após alguns dias ele chamou uma reunião, convocando todos a seguirem-no para uma outra fazenda onde a comunidade iria se reerguer. Foi neste momento em que se deu a cisão da comunidade: apenas metade dos integrantes decidiu acompanhar o líder. O restante permaneceu na fazenda onde haviam sido acolhidos para começar uma *vida nova*.

Sinsei significa *vida nova*, e a nova comunidade que então surgiu organizou-se em bases libertárias. Após a saída da nova Comunidade Yuba da fazenda, aqueles que permaneceram reuniram-se para decidir sobre os caminhos a trilhar. A primeira decisão foi a manutenção da vida em comunidade. No lugar do líder, porém, a nova comunidade seria conduzida por todos, através das decisões tomadas coletivamente nas **Assembleias Gerais**, realizadas ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário. Nestas assembleias todos teriam direito a voz e voto, independente do sexo, idade ou função desempenhada no interior da comunidade.

Decidiu-se ainda por manter o **caixa comum**, garantindo a todos, livre acesso. O caixa abrigaria todo o dinheiro obtido com a comercialização da produção, realizada também comunitariamente. Um tesoureiro foi designado para controlá-lo, com a única função de evitar que faltasse dinheiro para satisfazer as necessidades básicas e coletivas da comunidade, ou ainda para honrar os compromissos por ela assumidos. A vida espiritual foi garantida através da **religião** e dos cultos realizados com periodicidade quinzenal³¹.

A decisão sobre as atividades às quais se dedicar levou em consideração uma maior integração entre as mesmas, a disponibilidade de braços para as diferentes tarefas e uma maior

³¹ Os cultos eram realizados toda primeira quinta-feira e todo terceiro domingo de cada mês. O culto das quintas-feiras era realizado pelo reverendo da comunidade e aquele dos domingos por um reverendo vindo de Pereira Barreto-SP.

otimização do trabalho e do tempo de dedicação às mesmas. Em outras palavras, buscou-se, o quanto possível, uma complementariedade entre as atividades, de forma que o refugo de uma pudesse ser utilizado em outra. Considerou-se ainda o calendário agrícola, de forma a tentar evitar a superposição de períodos de intenso trabalho e a existência de períodos de ociosidade, buscando assim uma melhor distribuição do trabalho no decorrer do ano. Enfim, decidiu-se diversificar o máximo possível a produção para depender o mínimo possível das oscilações do mercado, tanto para a aquisição dos gêneros necessários para o consumo da comunidade quanto para a escolha dos produtos que seriam destinados prioritariamente à comercialização. Assim, optaram por dedicar-se à avicultura poedeira – em função também da experiência já adquirida com a mesma – e por usar o esterco produzido pelas galinhas como adubo nas hortas; pela fruticultura, horticultura, produção de cereais, sericicultura, pecuária leiteira, suinocultura, etc, sendo algumas dessas atividades destinadas à comercialização da produção com consumo do excedente e outras destinadas ao consumo com comercialização de um eventual excedente.

Também para a comercialização existia uma diversificação das vias escolhidas. Três foram as formas adotadas: venda direta ao consumidor na própria sede, em uma feira realizada em Guaraçai-SP duas vezes por semana e em uma quitanda e mercearia em Ilha Solteira-SP; venda no atacado para o CEAGESP servindo-se de terceiros para o transporte das mercadorias e, ainda, entrega dos casulos de bicho da seda para a BRATAC e do leite para a cooperativa instalada na cidade nos anos 1990.

Os integrantes decidiam livremente a qual atividade dedicar-se, ainda que, implicitamente, existisse uma divisão sexual do trabalho: os homens dedicavam-se às atividades mais pesadas, como o cultivo nas roças, e as mulheres à avicultura poedeira, cozinha, atividades de preparo dos produtos para comercialização. As refeições eram preparadas por uma equipe de mulheres e consumidas comunitariamente. Todos participavam das assembleias, mas os mais velhos, que representavam a maioria, acabavam decidindo os destinos da comunidade. O choque de gerações não tardou a se fazer sentir, resultando na saída de muitos jovens da comunidade e levando a uma redução significativa do seu número de integrantes. As dificuldades de compreensão dos ideais que regiam a comunidade de um lado, e o choque verificado entre a geração mais velha que adotou uma postura mais defensiva, buscando evitar novas crises e a geração mais jovem que, por desconhecer tal passado, almejava ampliar a produção para poder ter acesso aos bens de consumo que se difundiam cada vez mais rapidamente, foi levando à saída dos jovens para trabalhos em outros municípios, estados ou mesmo para o Japão, de onde alguns nunca mais voltaram³².

A produção comunitária reaparece atualmente em algumas ecovilas na Europa. Entre aqueles estudados durante meu doutoramento, dois deles merecem destaque: a Confederação dos Vilas Élficas e a Ecovila Basilico, ambos na região Toscana, na Itália. Em ambos os casos a prática da produção comunitária era uma realidade: a propriedade comum da terra e dos instrumentos de produção, a autogestão como forma de condução da comunidade, o caixa comum concentrando todos os recursos obtidos com a comercialização e o livre acesso à

³² Minha última ida à comunidade ocorreu por volta de 2010, quando encontrei a comunidade com um quadro bastante reduzido de integrantes. Parte dos mais velhos haviam falecido, e dos mais jovens haviam saído da comunidade. Muitas das atividades haviam, por falta de força de trabalho para tocá-las, sido desativadas. A área da roça, que era responsável pela maior parte dos produtos comercializados pela comunidade, havia se transformado em pasto onde um rebanho bovino reduzido e destinado ao corte era mantido.

riqueza produzida comunitariamente faziam parte do dia-a-dia dessas comunidades, caracterizando a construção do *território da utopia camponesa* de vida em comunidade³³.

A construção da sociedade pós-capitalista

A práxis dessas experiências coloca em evidência vários pontos que merecem atenção por, a nosso ver, colocar em jogo o sucesso ou não da experiência, a saber: a formulação da proposta e sua compreensão/apropriação por parte daqueles que a colocam em prática; a forma de tomada das decisões – se pela liderança ou direção, em conselhos reduzidos ou em assembleias, por maioria simples, qualificada ou consenso; a escolha das atividades às quais se dedicar; a distribuição dos integrantes entre as diferentes atividades e as relações de trabalho praticadas; o equilíbrio entre atividades produtivas e não produtivas, geradoras de renda e não, com maior ou menor necessidade de tempo de dedicação e de penosidade do trabalho; o sentido de coletividade ou de comunidade que cada membro possui; a forma de acesso aos frutos do trabalho e de retribuição pelo trabalho realizado; o equilíbrio entre necessidades individuais e coletivas; o lugar da família camponesa no seio dessas experiências; a formação de lideranças e os conflitos dela decorrentes; o desafio da busca do equilíbrio entre necessidades individuais e coletivas/comunitárias e o novo sentido dado às necessidades.

O ponto que nos parece central para pensarmos a possibilidade de sucesso das mesmas diz respeito ao lugar da família camponesa enquanto força produtiva no seio destas experiências, e aqui retomamos o debate marxista sobre o destino desta classe no capitalismo e na sociedade pós-capitalista. Nem nas experiências de produção coletiva, tampouco naquelas de produção comunitária, de base marxista ou anarquista, a família permanece existindo enquanto força produtiva, tal qual ocorre na produção camponesa propriamente dita. A decisão das atividades em Assembleias e a distribuição dos integrantes da família em diferentes atividades tira das mãos da família camponesa a autonomia sobre as decisões relativas à condução das atividades produtivas e transforma seus diferentes integrantes em trabalhadores. Todavia, enquanto nas experiências de produção comunitária o livre acesso aos frutos da produção de uma certa forma simula o funcionamento da família para seus diferentes integrantes, nas experiências de coletivização da produção, onde a retribuição se dá de acordo com o trabalho realizado, ela se torna central e, neste ponto, não há diferença se a experiência está organizada sob bases marxistas ou anarquistas.

Isso se torna um problema quando começa a ocorrer uma diferenciação no seio da família pela retribuição de acordo com o trabalho realizado, ou ainda, de modo mais grave, quando a retribuição pelo trabalho realizado não leva em consideração a composição da família, colocando em risco a capacidade de reprodução daquelas compostas por muitos integrantes fora da idade ativa – idosos ou crianças – o que faz com que o peso da reprodução recaia sobre o casal, podendo levar a um comprometimento da satisfação das necessidades de forma plena. A remuneração considerando a composição da família efetuada pelas Cooperativas de Tipo III alemãs e o “salário familiar” praticado pelos *coletivos* espanhóis foi a forma encontrada para eliminar esse problema. Por sua vez, nos casos em que isso não ocorre, a retribuição de acordo com o trabalho realizado se transforma num impasse quando, para esconder a incapacidade de remunerar a todos os seus integrantes e manter um valor/hora

³³ Por não ter conhecimento sobre os destinos destas experiências, optamos por usar o passado.

trabalhada que não a explice, nem todos os membros da família conseguem ser absorvidos pela CPA como cooperados e inseridos entre as suas atividades produtivas, fato que, contradiatoriamente, reproduz aquilo que buscou eliminar ao permitir o surgimento de desempregados dentro da própria CPA.

Por sua vez, a retribuição de acordo com a quantidade de trabalho realizado, para além da possibilidade de uma diferenciação interna dentro, ao criar condições para que aquele com uma capacidade produtiva maior acumule e aquele com capacidade produtiva menor possa não ter todas as suas necessidades atendidas, como já alertado por Kropotkin, pode gerar ainda outros tipos de problemas. Sendo a quantidade de horas trabalhadas, e não o trabalho efetivamente realizado, a base para a contabilização do valor a ser recebido, aqueles trabalhadores que, por possuírem uma capacidade produtiva maior, realizam uma maior quantidade de trabalho no mesmo espaço de tempo que aqueles com capacidade produtiva menor, são na prática remunerados aquém do que efetivamente trabalharam, o que leva à geração de uma mais-valia cujo mecanismo de retribuição pelo trabalho contou eliminar. Além disso, sendo a base da remuneração a quantidade de horas trabalhadas, também é possível que a atividade seja feita mais lentamente para que, no final, se contabilizem mais horas a serem recebidas, o que pode levar ao comprometimento da boa execução da atividade realizada ou impedir a possibilidade de realização de outras.

Tais ponderações reforçam a precisão das considerações de Kropotkin ao defender ser a satisfação das necessidades, e não a quantidade de trabalho realizado, a melhor forma de retribuição pelo trabalho das organizações produtivas da sociedade pós-capitalista. Isso não significa que não possam existir problemas nesse tipo de organização da produção. Também nas experiências de produção comunitária pode existir espaço para que algumas pessoas sintam que trabalham mais do que as outras. Na Comunidade Sinsei várias vezes ouvimos essas ponderações. Mas neste caso, no geral estas diferenças, que de fato existem, de um lado decorrem do tipo de atividade realizada, e à qual foi possível aderir livremente – aqueles que se dedicam a algum tipo de criação não contam com o descanso do domingo ou ainda muitas vezes iniciam sua jornada de trabalho quando os demais ainda dormem; algumas atividades possibilitam algumas pausas no decorrer do dia enquanto outras se desenvolvem em ritmo contínuo, o que de fato gera essa impressão. De outro, e aqui está sua diferença fundamental, essa diferenciação não resultará em uma diferenciação interna, tampouco na incapacidade de satisfazer as necessidades da família.

Por fim, o sucesso das experiências depende também da compreensão daquilo que realizam por parte de seus integrantes, de sua capacidade de construção coletiva, de discussão constante e aberta dos problemas enfrentados e de refazer-se continuamente.

Bibliografia

BAKUNIN, M. A. *L'idea anarchica e l'Internazionale*. Vol. II. Prefazione e note di Luiggi Fabbri. Milano, Nuovi Tempi, 1922. 254 p.

BAKUNIN, M. A. *La comune e lo Stato*. Con lo scritto di Andrea COSTA il 18 marzo e la comune di Parigi. Roma: Savelli, 1977a. 128 p.

- BAKUNIN, M. A. *Opere complete*. Vol. IV – Stato e Anarchia. Dove andare cosa fare. 1873. (a cura di A. M. BONANNO). Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1977b. 273 p.
- BAKUNIN, M. A. *Federalismo, socialismo e antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988. 138 p.
- BAKUNIN, M. A. *Textos anarquistas*. Seleção de textos de Daniel GUÉRIN. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006, 157 p. (Col L&PM Pocket)
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética* (2º. período: 1923-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 529p.
- BRENAN, G. *Storia della Spagna 1874-1936: le origini sociali e politiche della guerra civile*. Intr. G. ROVIDA. Torino: Giulio Einaudi editore, 1970. 357 p.
- BROUÉ, P. e TÉMIME, É. *La rivoluzione e la guerra di Spagna*. Trad. G. F. VENÉ. Torino: Oscar Mondadori, 1980. 684 p.
- CAMARGO, P. *Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação. DG FFLCH USP. São Paulo, FFLCH USP, 2010
- FLAVIEN, J., LAJOINIE, A. (Org). *A agricultura nos países socialistas da Europa*. Lisboa, Avanté, 1977, 273 p. (Col. Reforma Agrária, 3)
- HEGEDÜS, A. A questão agrária. In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)*. Vol. IV, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 149-171
- HOBSBAWN, E. *A era das revoluções 1789-1848*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 366 p.
- HOBSBAWN, E. *A era das revoluções 1789-1848*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 366 p.
- KROPOTKIN, P. A. *Champs, usines et ateliers*. Paris: Stock, 1910. 486 p.
- KROPOTKIN, P. A. *La conquista del pane*. Prefazio di Eliseo Réclus. Trad. Giuseppe Ciancabilla. Bologna, Libreria Internazionale d'Avanguardia, 1948, 173p.
- KROPOTKIN, P. A. *Folhetos revolucionários*. Barcelona: Tusquets, 1977. 2 vol.
- KROPOTKIN, P. A. *Il mutuo appoggio*. Intr. Gian Paolo PRANDSTRALLER, Trad. Camillo BERNERI. Roma, Salerno Editrice, 1982. 344 p.
- KROPOTKIN, P. A. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Ícone/Imaginário, 2005. 277 p.
- LEVAL, G. *Né Franco né Stalin: le collettività anarchiche spagnole nella lotta contro Franco e la reazione staliniana*. Milano: Iei (Istituto Editoriale Italiano), 1952. 320 p.

LEVAL, G. *Espagne libertaire, 36-39: l'oeuvre constructive de la révolution espagnole.* Paris: Éditions du Monde libertaire, 1983. 402 p.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1985, 320p.

MARCOS, V. de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade.* Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo U. de Oliveira. Depto de Geografia, FFLCH USP. São Paulo, Outubro 1996. 400 p.

MARCOS, V. de. *Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile.* Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale. Tutor: QUAINI, Massimo. Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Apr. 2004. 626 p.

MARCOS, V. de. *A construção do território camponês entre velhas e novas utopias.* Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, mar/2005. p. 8523-8542.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. *O Capital.* 11^a. ed. São Paulo: Difel, 1987.

MARX, K., ENGELS, F. *Princípios do comunismo e outros textos.* São Paulo: Mandacaru, 1990, 119 p.

MARX, K., ENGELS, F. *Lotte di classi in Francia dal 1848 al 1950.* Roma: Rinascita, 1950.

RANZATO, G. Le collettivizzazioni anarchiche in Catalogna durante la guerra civile spagnola, 1936-1939. In: *Quaderni Storici*, n. 19, gennaio/aprile 1972. p. 317-338. Urbino: Argalia.

THOMAZ, F. *O modelo socialista de cooperativa de produção agropecuária (CPA): contradições e avanços, estudo de caso da Copava.* Dissertação de Mestrado. DG FFLCH USP. São Paulo, FFLCH USP, 2010.

THOMAZ, F. *Comparação entre a produção coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba.* Tese de Doutorado. DG FFLCH USP. São Paulo, FFLCH USP, 2015.

WEISSEL, E. A Internacional Socialista e o debate sobre a socialização. In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo:* o marxismo na época da Terceira Internacional. A Revolução de Outubro. O austro marxismo. Vol. IV, 2^a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 227-249.